
O uso do corpo si na atividade profissional de cabeleireiros

The Use of Body-Self in the Professional Activities of Hairdressers

DIVINO MANOEL TEIXEIRA 

MÔNICA DE FÁTIMA BIANCO 

RESUMO

O objetivo do artigo é compreender, pela lente ergológica, as dramáticas do uso do corpo si no exercício da profissão de cabeleireiros e os saberes construídos por estes profissionais. A pesquisa foi de natureza qualitativa descritiva e a produção de dados aconteceu via observação direta do trabalho e entrevista semiestruturada com 8 cabeleireiros que atuavam em dois salões de beleza na cidade de Vitória-ES. Os dados foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo a partir de 2 categorias temáticas pré-determinadas, “dramáticas” e “corpo si”, além de outras 2 categorias que emergiram durante a pesquisa, “o lado precário da beleza” e “novos saberes”. Concluiu-se que a profissão de cabeleireiro é precária devido às longas jornadas de trabalho, insegurança em relação ao futuro e à falta de garantias trabalhistas. Quanto aos novos saberes, destacou-se a habilidade dos profissionais em adaptar os protocolos de utilização de produtos em busca de melhores resultados. Por fim, a pesquisa traz uma contribuição sobre a possibilidade de existência da “contra-atividade de trabalho”, que seria o uso de si por si fazendo com que a atividade de trabalho não seja realizada pelo trabalhador. **Palavras-chave:** Cabeleireiros. Ergologia. Trabalho. Dramáticas. Corpo si.

ABSTRACT

The article intends to understand, through the ergology lens, the dramatics of body-self in the hairdressing professional ac-

tivities and the knowledge constructed by these professionals. The research had a qualitative descriptive nature and the data collection took place via direct observation of the work and semi-structured interview with 8 hairdressers at two different beauty salons in Vitória-ES. The data were analyzed using the content analysis from 2 predetermined thematic categories, “dramatics” and “body-self”, in addition to 2 other categories that emerged during the research, “the precarious side of beauty” and “new knowledge”. In conclusion being a hairdresser is precarious due to long working journeys, future uncertainties and lack of fringe benefits. As for new knowledge, the ability of professionals to adapt the protocols for using products in search of better results was highlighted. Finally, the research makes a contribution on the possibility of the existence of a “counter-work activity”, which would be the use of oneself by making the work activity not performed by the worker.

Keywords: Hairdressers, ergology, work, dramatics, body-self.

1. INTRODUÇÃO

No entendimento da ergologia, a atividade de trabalho se realiza pautada em valores onde o trabalhador faz escolhas relacionadas tanto no âmbito mais restrito, como as relativas ao movimento do próprio corpo, por exemplo, quanto àquelas que demandam e envolvem a vida e o futuro de outras pessoas (FIGARO, 2008). O fato de o trabalhador ter de fazer escolhas durante sua atividade de trabalho coloca-o em situação de riscos, visto que optar por uma ou outra situação não lhe garante acerto em sua decisão, o que pode resultar no sucesso ou no fracasso de suas escolhas (BATISTTI, 2014). Logo, entende-se que o trabalhador vivencia, então, uma dramática situação ao fazer escolhas que orientam as suas tomadas de decisão (SCHERER; PIRES; JEAN, 2013; SCHWARTZ 2014).

Estas dramáticas se referem ao fato de que o trabalhador sempre terá um destino a viver em seu trabalho, e serão suas escolhas feitas constantemente que determinarão este destino (HOLZ; BIANCO, 2014, SCHWARTZ, 2011). Independentemente do tipo de trabalho a ser executado ou do nível de controle que se exerce sobre ele, ainda assim o trabalhador encontrará alguma forma de fazer suas escolhas para além daquilo que foi estabelecido como sendo a for-

ma correta de se fazer. É no momento da execução da atividade de trabalho que o trabalhador, ou grupo de trabalhadores, expressa sua personalidade, sua individualidade e sua história sempre singular (TRINQUET, 2010; FILENGA; VIEIRA, 2012).

A incipiência dos estudos ergológicos no Brasil (HOLZ; BIANCO, 2014), torna importante o aprofundamento destes conhecimentos em diversas áreas de trabalho, gerando oportunidades de pesquisas a serem realizadas em diversos locais e setores, dentre eles o setor de serviços de beleza, no qual foi desenvolvido este estudo.

A partir de levantamentos de dados secundários pode-se afirmar que o ramo de salões de beleza cresceu muito nos últimos anos no Brasil. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC, 2018), o setor de salões de beleza teve um crescimento de 72,2% entre os anos de 2008 e 2017, saltando de 815,2 mil trabalhadores ocupados no primeiro ano, para mais de 1,333 milhão em 2017. É certo que o ano de 2020, ano de uma pandemia mundial, trará certo abalo nestas evidências que ainda não podem ser avaliadas.

Esta pesquisa buscou estudar as dramáticas do uso do corpo si no exercício da profissão de cabeleireiros na tentativa de contribuir para melhorar consideravelmente a concepção de trabalho e de vida do profissional a partir do momento em que a construção de novos saberes sobre suas atividades proporciona mais conhecimento, mais consciência de si mesmo e de seu importante papel no exercício da atividade.

Ao realizar um estudo desta natureza em salões de beleza pretendeu-se investigar um ambiente novo e uma atividade de serviço, permeada pelas relações e pouca especificação, em contextos muitas vezes até de empregos precários com profissionais sem qualquer vínculo para além do espaço físico disponível para sua atuação como um “terceirizado”, além de tentar também contribuir para o avanço dos estudos ergológicos e sobre o trabalho humano e, neste sentido, traz uma reflexão sobre a possibilidade de existência da “contra-atividade de trabalho”, que seria o uso de si por si fazendo com que a atividade de trabalho não seja realizada pelo trabalhador.

Considerando que toda atividade de trabalho continuamente irá exigir um debate de normas (SCHWARTZ, 2014), foi proposto o

seguinte objetivo: compreender, pela lente ergológica, as dramáticas do uso do corpo si no exercício da profissão de cabeleireiros e os saberes construídos na atividade de trabalho destes profissionais.

2. A ERGOLOGIA E SEUS CONCEITOS

O início dos estudos ergológicos coincidiu com o fim da era fordista na década de 70, período em que os processos de precarização do trabalho começaram a avançar. A partir da crise do fordismo, o capitalismo passou por uma mudança e ficou conhecido, como capitalismo de acumulação flexível, tendo em vista que este modelo capitalista passou a impor regras duras ao mundo laboral visando flexibilizar o trabalho para reduzir o valor da mão de obra, diminuindo os custos das grandes empresas transnacionais e, conseqüentemente, aumentando o lucro dessas organizações, causando desemprego estrutural e precarização do trabalho no mundo todo, o que fragmentou os coletivos de trabalho e contribuiu para um aumento crescente da individualização e informalização do trabalho, além da precarização das ações coletivas como os sindicatos (DRUCK, 1996; ANTUNES; DRUCK, 2015).

Com o aumento do desemprego e, com isso, o excedente de mão de obra no meio produtivo, os trabalhadores foram obrigados a buscar o trabalho informal como meio de sobrevivência em atividades de baixa produtividade, sem salário definido e sem nenhuma proteção social (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). O Brasil, corroborando com este processo de precarização mundial do trabalho e utilizando-se do argumento de que deveria tirar da informalidade milhões de brasileiros que estavam à margem dos processos de legalização do trabalho, criou o Microempreendedor Individual (MEI), por meio da Lei Complementar 128/2008. Esta lei

[...] foi criada com o propósito de simplificar o processo de legalização de empreendimentos e estimular a formalização daqueles que atuam na informalidade. Não obstante, a criação desses empreendimentos está associada a ausência do emprego formal, onde o “empreendedor”, na verdade um trabalhador comum, se vê obrigado a empregar o seu labor numa atividade que lhe garanta o próprio sustento. (DAMIÃO; SANTOS; OLIVEIRA, p. 198)

Desde então o número de adesão ao MEI vem crescendo anualmente, chegando a 10,8 milhões de trabalhadores informais em setembro de 2020 (GLOBO.COM, 2020), dentre eles milhares de cabeleireiros que compõem essa massa de brasileiros sem as garantias trabalhistas e sociais destinadas àqueles que possuem carteira de trabalho assinada no Brasil.

A ergologia abre inúmeras possibilidades de estudos no campo laboral, de modo que, independentemente de onde e como o trabalhador se encontra no mercado de trabalho, a análise ergológica privilegia o ponto de vista da atividade de trabalho e evidencia o debate de normas e valores que renovam constantemente a atividade humana (PORTO; BIANCO, 2016). É por meio da dialética entre a técnica e a ação do indivíduo que se constitui o trabalho humano, o que exige que se compreenda o trabalho real e, acima de tudo, aquilo que faz transparecer o seu poder de transformação quando se considera os usos de si, seja pelo o uso de si por si ou pelo uso de si por outros nos coletivos de trabalho (SCHWARTZ, 2011; PORTO; BIANCO, 2016).

Considerando a centralidade do trabalho na constituição das relações sociais e a atividade de trabalho como sendo essencialmente humana, somente ao homem é dada a capacidade de trabalhar e construir a sua realidade social (REBECHI, 2015). A Ergologia considera a dialética entre o trabalho prescrito e o trabalho real e busca a compreensão de como o trabalho se desenvolve na sociedade, concebendo que toda atividade de trabalho é antecipada por normas prescritas que serão renormalizadas na hora da realização do trabalho de fato (SCHWARTZ, 2011a; REBECHI, 2015).

Neste processo de renormalização, mesmo não estando livre para fazer as coisas exatamente como gostaria, por estar sujeito às regras que o trabalho lhe impõe, o trabalhador acaba se desviando, até um certo ponto, destas imposições para conseguir realizar o seu trabalho, de modo que ele consegue arbitrar entre aquilo que lhe é exigido e aquilo que ele exige de si mesmo (ROTH, 2018), porque ele precisa tornar mais fácil o seu trabalho alinhando os padrões e normas não convergentes para preservar a sua saúde (SCHWARTZ, 2017; ROTH, 2018) construindo, desta forma, sua reserva de conhecimentos que serão utilizadas como alternativas no seu dia a dia de

trabalho (SCHWARTZ, 2017). O trabalhador busca, a partir de suas experiências e saberes adquiridos, refletir sobre o que deve ser feito e como deve ser feito o seu trabalho para que possa alcançar os objetivos desejados (PETRUS, 2017), tanto em relação aos que os outros esperam dele quanto em relação aos que ele espera de si mesmo.

Desta forma, “[...] embora existam outros espaços de aprendizagem, o trabalho é um lócus privilegiado no que se refere à produção e à mobilização de saberes” porque o trabalhador produz conhecimento ao modificar os processos de trabalho por meio da renormalização (ARANHA; DANIEL, 2017, p. 33). Estes saberes chamados de saberes investidos, que só são possíveis de serem construídos no exercício do trabalho, se somam aos saberes constituídos presentes nas regras, normas, legislações, saberes acadêmicos, chamados também saberes instituídos, todos estes concebidos antes das situações de trabalho (SCHWARTZ, 2000a, TRINQUET, 2010; ARANHA; DANIEL, 2017).

Trabalhar não é simplesmente cumprir as tarefas que foram descritas para/como fazer e, sim, gerir o uso de si nesse debate contínuo entre o que se espera que seja feito e o que é realizado realmente, de modo que o trabalhador, que não é o objeto a ser descrito, realiza suas escolhas ao executar o seu trabalho, mobilizando seu corpo biologicamente, fisicamente e intelectualmente, sempre tentando se livrar dos enquadramentos que lhe são impostos (SCHWARTZ, 2011a; REBECHI, 2015).

O trabalho real é a própria atividade em si, é aquilo que de fato acontece na hora da execução do trabalho, de acordo com que o meio oferece em termos de condições concretas nas mais variadas situações de trabalho, onde os trabalhadores precisam criar estratégias de ação para administrar o vazio que existe entre a prescrição e a situação real de trabalho (DANIELLOU; LAVILLE; TEIGER, 1989). O trabalhador, para cumprir as prescrições que lhe são apresentadas, faz suas adaptações, baseado nas suas experiências e visão de mundo, de forma que ele busca alcançar também seus objetivos pessoais e sociais que fazem com que ele possa refletir sobre o que deve ser feito e como deve ser feito o seu trabalho, avaliando a necessidade de alguma regulação da atividade (PETRUS, 2017). Portanto, “[...] trabalhar é ‘usar-se’ e não somente executar instruções, seguir protocolos, regras e normas” (PETRUS, 2017, p. 48).

Canguilhem (2009) define a vida por meio da atividade como a luta permanente contra a inércia e indiferença, o que daria condições filosóficas para a construção do conceito de atividade. A atividade de trabalho é sempre singular, uma produção pessoal que acontece de acordo com a habilidade e traços individuais de quem produz, onde o trabalhador emprega todos os seus conhecimentos apreendidos em sua trajetória de vida produzindo uma regulação por meio destes conhecimentos que lhe dão condições de operar de diversas formas diante das situações de trabalho, circunscrevendo, então, a atividade como o próprio dinamismo da vida humana (SCHWARTZ, 2015; PETRUS, 2017).

A atividade também pode ser definida como “[...] sinergia problemática do heterogêneo em nós” (SCHWARTZ, 2015, p. 45, tradução nossa), porque ao trabalhar o indivíduo vive o desafio de confrontar e adaptar as normas vigentes no presente, porque elas foram concebidas no passado de acordo com as experiências de outros indivíduos, e podem não se encaixar na sua interpretação sobre o melhor caminho a seguir.

A inevitável confrontação da atividade de trabalho com a realidade realça a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real e faz lembrar que é impossível antecipar a atividade humana, sobretudo a atividade de trabalho que é reinventada a cada momento pelo trabalhador (MEZADRE; BIANCO, 2014). As prescrições do trabalho se materializam por meio dos trabalhadores que as operam e as renormalizam, tendo em vista que a atividade de trabalho não é a mera execução das regras prescritas, pois é o trabalhador quem decide o que fazer fazendo o uso de si, o uso de suas capacidades, sempre negociando entre o que lhe é exigido e o que é possível fazer, de acordo com os seus valores, os valores sociais e os valores de classe (OLIVEIRA, 2014). Sendo assim, as renormalizações preenchem os vazios deixados pelas regras e normas revelando que existem modos próprios de se realizar a atividade de acordo com as experiências do coletivo de trabalho (OLIVEIRA, 2014).

É importante destacar que a prescrição enquadrará a antecipação do trabalho real enquanto que o trabalho real irá além do trabalho prescrito, sem nunca ser redundante, levando a uma dinâmica do movimento da vida e do pensamento onde o que foi pensado com

antecedência no trabalho será sempre excedido pelos pensamentos dos trabalhadores durante a ação do trabalho (DURRIVE, 2019).

Sendo assim, surge o que é chamado de dupla antecipação, onde o prescrito tenta antecipar o trabalho que será desenvolvido (primeira antecipação), ao mesmo tempo em que o trabalhador, no momento da implementação do prescrito, sempre se esforçará para tomar iniciativas para que possa dominar as restrições que lhe são impostas para, assim, ir além do prescrito (segunda antecipação), porque a ação não é simplesmente o entendimento do que foi prescrito, pois sempre haverá uma consideração da restrição e, depois, a tentativa de ser mais ativo do que passivo na busca pela recuperação de vantagem em relação ao prescrito, buscando o controle sobre a situação em que se está localizado (DURRIVE, 2019).

Quanto às normas, essas são regras ou modelos criados por uma instância que avalia como deve ser o comportamento daqueles sobre os quais elas incidem, onde deve-se considerar que ao mesmo tempo em que o indivíduo está sob a imposição de normas criadas por instâncias externas, ele também se torna uma instância ao criar suas próprias normas que são instauradas na atividade (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008; DURRIVE; SCHWARTZ, 2018).

As normas antecedentes são necessárias ao exercício das atividades de trabalho. Elas buscam orientar o trabalhador a realizar uma ação previamente concebida e oferecer um parâmetro de trabalho por meio de tecnologias, regras e procedimentos, abrangendo também os meios físicos, como materiais e equipamentos utilizados no exercício da atividade de trabalho, e ao mesmo tempo em que constroem o trabalhador, também o permitem desenvolver sua atividade de trabalho por meio de sucessivas renormalizações (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008; MEZADRE; BIANCO, 2014; SCHWARTZ, 2018).

Durante o fazer o indivíduo sempre buscará mudanças naquilo que foi antecipado, e estas transformações advêm dos esforços para se conciliar as exigências e normas antecedentes, por meio da atividade, com os desencontros e as incompatibilidades encontrados no meio onde ocorre a própria atividade (MORAES; SCHWARTZ, 2017).

O processo de renormalização se refere às adaptações das normas antecedentes por parte dos trabalhadores durante o exercício de suas atividades laborais, onde os indivíduos fazem suas escolhas

e considerações de como deve ser executado o seu trabalho (MEZADRE; BIANCO, 2014; NASCIMENTO, 2016). Este debate de normas acontece porque o trabalhador necessita de alinhar estes padrões e normas não convergentes para preservar a sua saúde (SCHWARTZ, 2017; ROTH, 2018), abrigando em si valores de conhecimento e conhecimentos ordenados a projetos de vida, de modo que as renormalizações, além de adaptarem as normas antecedentes, funcionam como reservas de conhecimento e de alternativas para o dia a dia de trabalho (SCHWARTZ, 2017).

2.1 O Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P)

O DD3P é uma ferramenta de análise da atividade de trabalho que alia os saberes acadêmicos com os saberes gerados pelas práticas do trabalho, levando a um debate que impõe aos acadêmicos a humildade de reconhecer a importância da atividade, assim como impõe aos trabalhadores que, de certa forma, aceitem os conceitos da disciplina (OLIVEIRA, 2014).

O primeiro polo deste dispositivo é o polo dos conceitos, no qual estão presentes prescrições e normas tanto sobre o trabalho, quanto sobre outros assuntos como, por exemplo, a noção de mercado, o corpo humano, as práticas linguísticas, etc.; o segundo polo é composto pelos saberes construídos nas atividades de trabalho, onde os trabalhadores são os protagonistas da atividade que, para “[...] valorizar seus saberes específicos e transformar sua situação de trabalho” (SCHWARTZ, 2000a, p. 44) se apropriam das normas e prescrições para “[...] tratá-las e (re)tratá-las (SCHWARTZ, 2000a, p. 44).

Estes dois primeiros polos possuem saberes específicos que de um lado são pré-estocados por quem prescreve o trabalho (polo I), e do outro lado são os saberes investidos na atividade por quem detém os conhecimentos que só são possíveis a partir da experiência do trabalho (polo II). Diferentemente destes, o terceiro polo, o polo do diálogo entre os saberes constituídos e os saberes investidos na atividade de trabalho, é o polo no qual acontece a integração, por meio do diálogo, entre o polo I e o polo II, proporcionando o alcance da compreensão das diferenças entre o trabalho prescrito e o trabalho real (SCHWARTZ, 2000a; TRINQUET, 2010).

O terceiro polo impõe aos pesquisadores uma certa humildade para reconhecer que os protagonistas da atividade são dotados de certos conhecimentos que não são possíveis de aprender senão na experiência de trabalho (SCHWARTZ, 2000a) e que, portanto, não se aprende no meio acadêmico. Surge a partir daí o que a ergologia chama de “desconforto intelectual”, o qual “[...] consiste em admitir que generalidades e modelizações devem ser sempre reapreciadas” (SCHWARTZ, 2000a, p. 44) e que é preciso reconhecer o outro como semelhante, como uma fonte de conhecimento, saberes e valores que só ele possui (SCHWARTZ, 2000a, p. 44). Os valores, no sentido subjetivo, para a ergologia, representam o peso atribuído

[...] mais ou menos às coisas; uma hierarquia, uma categorização própria a cada um a propósito do que se estima, prefere, ou pelo contrário que se negligencia, rejeita. Em certa medida, é a tentativa de cada um de ter uma mestria sobre o meio no qual se encontra (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p. 27).

Foi a partir do DD3P que surgiu o conceito ergológico da atividade (SCHWARTZ, 2000a) que é vista pela ergologia como “[...] um impulso de vida e de saúde que é próprio ao ser humano, cada vez que ele começa a fazer alguma coisa” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018, p. 12). A atividade passa a ser entendida como “[...] fonte da história humana” (MORAES; SCHWARTZ, 2017, p. 1600) tendo por base todas as experiências presentes no corpo si (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018).

O conceito de corpo si foi criado para explicar que não há uma dissociabilidade entre corpo e mente, e que a historicidade do trabalhador, seus conhecimentos, crenças e valores estão o tempo todo juntos, influenciando as micro decisões durante o exercício de suas atividades, motivo pelo qual as regras e normas prescritas não dão conta de prever o que o indivíduo de fato fará na hora de realizar o seu trabalho, tendo em vista que ele estará por inteiro, envolvido no seu ofício na hora em que tiver de decidir o que fazer (SCHWARTZ, 2000a; SCHWARTZ, 2000b; SCHWARTZ, 2007; ARANHA; DANIEL, 2017).

Dentro do conceito de corpo si destaca-se o chamado uso de si, no qual estão presentes o uso de si por si e uso de si por outros. O uso de si se estabelece adequadamente no encontro entre o trabalho e o trabalhador, onde este busca o recentramento do meio de trabalho em torno de suas próprias normas (SCHWARTZ, 2014). Schwartz criou a expressão uso de si para definir a capacidade humana de reinvenção, onde o trabalhador busca a adaptação do meio onde trabalha (SALES, 2017). Desta forma, o trabalhador sempre buscará transformar as normas, alinhando-as às suas necessidades de acordo com as reflexões que faz da tarefa e da forma com a qual enxerga o seu campo de trabalho, tornando-se, um protagonista no exercício das atividades de trabalho (SALES, 2017).

Schwartz (2000a) apresenta o conceito do uso de si pelos outros pautando-se no fato de que nas organizações as normas, as regras e prescrições, além dos valores constituídos historicamente são impostas aos trabalhadores. O uso de si por outros sempre existirá quando o indivíduo estiver trabalhando sob a orientação de técnicas, métodos e regras definidas por outras pessoas (SCHWARTZ, 2017). No entanto, os gestos profissionais podem ser alterados ou reinventados conforme a decisão do indivíduo quanto este faz o uso de si por si (SCHWARTZ, 2017).

O uso de si por si se refere ao fato de os trabalhadores adaptarem as prescrições que lhe são impostas, criando suas estratégias de renormalização instituindo novas normas e regras.

Ao abordar o trabalho como uso de si, este deve ser considerado como um lugar de conflitos onde há espaço para negociações, já que é o indivíduo no seu ser que é convocado para o trabalho e, ao mesmo tempo em que outros fazem uso deste trabalhador, ele também faz uso de si mesmo buscando o “[...] recentramento do meio de trabalho” (SCHWARTZ, 2000a, p. 42).

As escolhas e riscos impostos pelo uso de si fazem com que o corpo biológico tenha que se reajustar, esforçando-se para viver, levando-o a criar e a se recriar em meio à atividade repleta de micro escolhas permanentes, e ainda que hajam normas antecedentes, estas não conseguem prever o real e “as arbitragens diante de um meio que desafia” (PORTO; BIANCO, 2016, p. 51), as quais são assumidas pelo corpo si.

Este processo produz as dramáticas de uso do corpo si, conceito que leva em conta os problemas e conflitos inerentes à atividade de trabalho (NASCIMENTO, 2016). Estas dramáticas revelam a bipolaridade existente entre o uso de si por si, através do protagonismo do sujeito no autogerenciamento de suas escolhas e ações, e o uso de si por outros que, embora esteja sempre relacionado diretamente ao uso de si por si, está ligado ao fato das ações do sujeito serem guiadas, de certa forma, pelas normas antecedentes (NASCIMENTO, 2016).

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa descritiva e utilizou para a produção de dados, além de pesquisas bibliográficas, a observação direta das atividades e a entrevista com roteiro semi-estruturado de pesquisa. Durante o período da observação direta anotações eram feitas para a composição do Diário de Campo (DC). Essa etapa da observação foi importante para dialogar com os profissionais sobre a sua atividade, perceber-se a riqueza envolvida nas relações em se tratando de atividades de serviço, que são pouco prescritas, e permitir a reflexão sobre o próprio trabalho ao trabalhador por meio dialógico provocado pelo olhar curioso do pesquisador. Quanto às entrevistas, partiu-se de um roteiro com 17 questões dividido em 3 blocos temáticos: experiência profissional e sentimentos em relação à profissão; consequências da carga horária de trabalho e, perspectivas em relação ao futuro.

A pesquisa foi realizada com profissionais de dois salões de beleza na cidade de Vitória, ES. Estes salões solidários à realização da pesquisa foram chamados por nomes fictícios, sendo Belezura e Belo. No salão Belezura trabalham 13 profissionais, dos quais 8 são cabeleireiros. Desse total de cabeleireiros 6 aceitaram participar da pesquisa, sendo 4 homens e 2 mulheres. Já o salão Belo trabalha com 8 profissionais, dos quais 2 são cabeleireiros, sendo 1 homem e 1 mulher, ambos aceitaram participar da pesquisa. O projeto foi aprovado por um Comitê de Ética e estes profissionais assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) depois de o terem lido juntamente com o pesquisador.

Foram convidados a participar da pesquisa somente os profissionais cabeleireiros com no mínimo um ano de experiência na

profissão, inclusive os proprietários, que atuam nos dois salões como profissionais. Para efeito de análise os participantes foram identificados como P1 a P8 conforme o número atribuído livremente.

O *corpus* da pesquisa foi, portanto, o conteúdo do DC e das entrevistas transcritas. Nas análises optou-se por trabalhar tanto com as categorias temáticas predeterminadas quanto com as categorias que emergiram durante a pesquisa. As categorias pré-determinadas foram “dramáticas” e “corpo si”. Já as categorias que emergiram da pesquisa foram “o lado precário da beleza” e “novos saberes”.

Para fins de discussão neste artigo, não se dará destaque a cada categoria em separado por motivos de limitações de espaço. Optou-se por enfatizar os aspectos merecedores de destaque sobre as dramáticas de usos do corpo si que as análises permitiram elucidar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em comum, os dois salões - Belezura e Belo - apresentam situações de trabalho precárias, como jornadas extensas de trabalho, seus funcionários trabalham como Microempreendedores Individuais (MEIs) e não desfrutam de nenhum direito trabalhista, como salário, férias, fundo de garantia, décimo terceiro, dentre outros. Ou seja, na prática os salões funcionam como uma espécie de espaço compartilhado onde os profissionais utilizam os recursos disponíveis e pagam uma comissão aos proprietários, os quais também atuam como cabeleireiros.

Dentre as dramáticas percebidas, pôde-se destacar os conflitos e dilemas vivenciados internamente entre os colegas de trabalho e que influenciam na prestação do serviço aos clientes, bem como conflitos na relação cliente/profissional que causam constrangimentos aos trabalhadores, os conflitos da relação patrão/empregado, além de dilemas sobre o respeito ou não das normas sanitárias, como decidir em usar ou não produtos químicos proibidos para alisamento de cabelo, como o formol por exemplo.

Também foram evidenciadas dramáticas que surgem a partir de resultados inesperados dos serviços, tais como a quebra de fios de cabelo por uso de químicas incompatíveis quando clientes omitem informações sobre produtos utilizados anteriormente em seus

cabelos, e o medo e insegurança que alguns profissionais têm em relação à profissão, como a perda de clientes por exemplo.

Ao realizar um serviço de alisamento P8 percebeu que os fios estavam sofrendo uma reação química indesejada e teve que agir rapidamente para paralisar o processo antes que todo o cabelo ficasse quebrado. Isso aconteceu porque a cliente omitiu a informação de que havia feito um processo químico anterior incompatível com a química atual e o profissional, por sua vez, não conseguiu identificar o problema durante o teste de mechas. Ele relatou sua frustração:

[...] isso foi uma parte bem desagradável para mim porque eu achei que o problema estava comigo... que eu tinha falhado, mas, na verdade, ela também falhou comigo... o sentimento que eu tive desse dia aí foi um sentimento bem ruim. Tanto que eu terminei de fazer o que tinha para fazer no cabelo dela e pedi para o rapaz para quem eu trabalhava me dispensar porque eu não estava em condições de continuar trabalhando... naquele dia eu precisava de ir embora. (P8)

Como em todas as situações de trabalho os profissionais precisam tomar decisões, nas quais as suas escolhas lhe imputam responsabilidade e responsabilização, eles experimentam as dramáticas do uso do corpo si enquanto buscam o recentramento do seu meio de trabalho (SCHWARTZ, 2000a; SCHWARTZ, 2014).

Um dos maiores desafios do profissional de beleza é que nesta atividade de trabalho a avaliação do serviço é imediata à sua execução e, portanto, qualquer insatisfação do cliente pode ser manifestada diante de todos e causar constrangimentos. Como na prestação de serviços o nível de variabilidade pode afetar o resultado final, isso pode gerar certo desconforto ao profissional:

[...] tem coisa que a gente não consegue resolver, mas a gente tenta fazer o máximo possível, só que a gente se sente mal quando não consegue realizar algo que o cliente pede para gente né. (P8)

No entanto, como o cabeleireiro tem domínio de todo o processo de produção, ele recebe o cliente, verifica o seu desejo, avalia seu cabelo, define o tipo de produto e a técnica que vai utilizar,

executa o serviço até a finalização do procedimento, e avalia o resultado junto com a clientela, algo que lhe dá prazer na profissão:

É quando eu faço uma transformação mesmo sabe? Não é só lavar o cabelo e secar não. Você realmente vê a diferença no trabalho, no cabelo né? Quando a cliente permite, mesmo que dentro dos limites dela, que eu trabalhe com liberdade, quando eu sinto segurança nela também, né? Que ela... ela me passa confiança. É... e eu gosto de fazer umas *mechas bem bonita* com um corte bem bonito, com uma escova bem modelada, bem bonita, são trabalhos que fazem diferença no cabelo. (P4)

Estes trabalhadores estão o tempo todo transitando entre os usos de si pelos outros - já que eles precisam seguir as regras impostas pelas prescrições do trabalho, as regras de utilização de cada produto e atender à expectativa dos seus clientes – e usos de si por si, tendo em vista que eles precisam fazer escolhas, tomar as suas decisões e ir além do que lhes fora imposto para alcançar o sucesso em suas empreitadas reforçando, como afirma Schwartz (2000a), o trabalho como um lugar de negociação de conflitos. A participante P4 disse que, às vezes quando chegam clientes insistindo em fazer procedimentos incompatíveis com a resistência de seus cabelos, permite a quebra intencional dos fios para convencê-las a desistirem do procedimento:

[...] faço algum testezinho pra que (ela) tenha consciência [...] se eu acho que o cabelo não vai dar certo, talvez poderia dar certo lá na frente com tratamento, mas ela quer fazer agora. Então eu prefiro pegar uma mecha como eu falei, uma mecha e deixar que aquela mechinha tenha um prejuízo porque eu não posso executar esse trabalho, e ela só vai acreditar no que eu tô falando se ela ver [...] saturar um pouquinho é, e é aquela mecha só. (P4)

Mas em outros casos ela prefere seguir rigidamente o protocolo e garantir a execução do serviço tendo em vista que, ao obedecer às regras formais de execução do processo, será possível alcançar o resultado esperado:

[...] cliente que tem o cabelo maltratado que não tá pronto para ser executado preciso sim seguir um protocolo, justamente para eu não ter prejuízo com esse cliente, prejuízo nem no cabelo e nem outros tipos de prejuízo, né? (P4)

O corpo si (SCHWARTZ, 2000a; SCHWARTZ, 2000b; SCHWARTZ, 2007; ARANHA; DANIEL, 2017) dos cabeleireiros está presente em todo o seu dia a dia de trabalho. Ele se manifesta, dentre outras situações, quando os profissionais decidem junto com os clientes, ou apesar destes, o que fazer e como fazer determinados trabalhos para chegar ao resultado esperado. Foi possível perceber em vários momentos durante a pesquisa como os cabeleireiros dos salões pesquisados fazem o uso de si (SCHWARTZ, 2014) no seu dia a dia de trabalho. Isto vai desde escolhas simples de como executar determinados serviços, e não outros, a escolhas mais complexas como, escolherem trabalhar confrontando leis que estabelecem a proibição do uso de determinadas substâncias químicas em salões de beleza, se sujeitarem a trabalhar em situações precárias de trabalho ou executarem serviços que não gostariam de realizar.

No salão Belezura três cabeleireiros realizam serviços com a utilização de produtos com formol confrontando as regras da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 36 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que proíbe o uso da substância em salões de beleza. Estes profissionais argumentam que:

[...] o serviço é assim mesmo. Eu preciso trabalhar. (P3)

Eu procuro fazer da outra, mas tem uns clientes que falam “não, só essa aqui fica bom no meu cabelo”. Eu faço. (P5)

Ah! Não tem jeito. Tem muita cliente que só quer se for com formol. Não aceita a outra sem formol. Aí tem que fazer, senão ela faz em outro salão. Também, o que não faz mal hoje em dia? Uma fruta que você come pode te fazer mal, uma verdura, qualquer coisa pode fazer mal. Antigamente minha mãe comprava o leite e fervia ele uns três dias para não estragar e quando ele azedava ela usava para fazer bolo. Hoje a gente compra o leite no supermercado e ele está ali há quanto tempo? Imagina o que não deve ter dentro dele? Então a gente faz. A gente precisa trabalhar. (P8)

Quando se trata de regras de utilização de produtos, os cabeleireiros fazem o uso de si por si (SCHWARTZ, 2017) ao modificarem a forma de trabalhar com os produtos, criarem as suas próprias regras de utilização ou escolherem se vão atender, ou não, determinado cliente. Os usos de si por si e o uso de si por outros (SCHWARTZ, 2017) se misturam nesta profissão porque mesmo que os clientes prescrevam os serviços a serem realizados pelo profissional, é o cabeleireiro que detém todo o conhecimento necessário para realizar o serviço e o poder de decisão sobre a técnica e produto que considera viável para cada tipo de cabelo e serviço a ser realizado

Segundo Schwartz (2000a), o homem tem necessidade de seguir as suas próprias normas para a realização de suas atividades. Uma das características observadas nesta pesquisa é que, no caso dos cabeleireiros participantes, alguns profissionais fazem o uso de si por si quando decidem não atender determinadas pessoas e, portanto, escolhem a si mesmos (NASCIMENTO, 2016) num processo de recusa da própria atividade de trabalho. O que sugere uma ideia de “contra-atividade” de trabalho, embora desde o princípio a ergologia venha argumentando que o uso de si por si acontece na atividade de trabalho. É o que aconteceu no salão Belezura quando uma cliente chegou sem agendamento para fazer uma escova, conforme descrito no diário de campo (DC):

Ela chegou sem estar agendada e queria fazer escova. P7 era o único profissional disponível no momento. Ele disse a ela que não poderia atendê-la porque estava aguardando um cliente. O profissional P6 chegou e fez a escova dela. Como o cliente de P7 não apareceu, perguntei a ele se, por acaso, seu cliente havia faltado. Aconteceu o que eu pensava, ele não fez escova da cliente porque já teve vez de ele estar sem cliente e ela chegar e ficar esperando mais de 30 minutos por outro profissional sem pedir para que ele a atendesse. Então, hoje que ela está com pressa, ele também não queria fazer o serviço dela. Disse que não faz nenhuma questão de atendê-la. (DC)

É possível afirmar então que, em determinadas circunstâncias, o trabalhador faz o uso de si por si renormalizando as regras que o obrigariam a trabalhar, neste caso as normas antecedentes do

coletivo de trabalho (SCHWARTZ, 2011; OLIVEIRA, 2014; PORTO; BIANCO, 2016) e se recusa a iniciar a atividade. Isto não no sentido de luta por seus direitos, ou pelos direitos de sua classe profissional, mas na simples recusa de fazer aquilo que ele não deseja fazer, algo talvez impensável em outras categorias profissionais.

A contra-atividade seria um aspecto da gestão do uso de si - entende-se ainda não tratado teoricamente - onde o trabalhador, fazendo o uso de si por si, decide não executar determinada prescrição impedindo que a atividade aconteça. Desta forma o trabalhador, na tentativa de preservar sua saúde, escaparia da norma instituída. Ou seja, por mais que se tente antecipar, a contra-atividade de trabalho é também algo inantecipável, assim como o é a própria atividade de trabalho. Ninguém sabe e nem saberá quando, onde, como e quem a fará acontecer.

Dentre os processos de renormalização encontrados na pesquisa destacam-se aqueles que se referem ao nível macro da atividade de trabalho, como é o caso da desobediência às normas sanitárias por exemplo, e outras que estão no nível micro da atividade. Alguns profissionais têm consciência de que alteraram os processos do trabalho prescrito para tornar mais fácil, na visão deles sobre o que é o mais adequado, a sua atividade de trabalho. Ao fazerem do seu jeito, corroboram com a noção da atividade de trabalho que rompe com a primeira antecipação representada pelas normas prescritas, onde o trabalhador, conforme os seus valores e sua forma de ver o mundo, vai além do que foi prescrito e age de acordo com as singularidades de cada situação em um contínuo processo de renormalização (DURRIVE, 2019).

O mercado de salões de beleza, pela sua própria dinâmica de trabalho, exige muito esforço físico e mental do cabeleireiro, o que demonstra como a precariedade do trabalho se faz presente na profissão. Dentre as situações de precariedade do trabalho identificadas, destacam-se a carga horária excessiva de trabalho, as posições de trabalho desconfortáveis, a fragilidade dos vínculos trabalhistas dos cabeleireiros, onde grande parte dos trabalhadores trabalha por conta própria, sem nenhuma proteção social ou trabalhista, em situações precárias em seus estabelecimentos ou em outros salões de beleza sem registro nos órgãos competentes (FILGUEIRAS; DRUCK;

AMARAL, 2004). Aliado à isso, o cansaço e as dores, bem como os problemas de saúde causados pelo excesso de trabalho. Todos os profissionais se queixaram e/ou demonstraram, em algum momento, que esta atividade de trabalho produz muito desgaste físico, além de alguns se queixarem do cansaço mental.

Em geral os cabeleireiros participantes da pesquisa trabalham em média 12 horas por dia, sendo que em dias de movimento chegam a trabalhar até 14 horas em um único dia, se há demanda. Alguns ainda deixam transparecer em seus depoimentos a falta de perspectiva com o futuro e a insegurança com a profissão corroborando com as pesquisas sobre trabalho precário (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004):

[...] é prazeroso trabalhar. Só que (tem) uma coisa que me incomoda. Eu acho que a carga horária é grande, a carga horária do salão, ela é puxada. Igual eu falei com você, a gente abre às 8 horas da manhã fecha às 20 horas da noite, trabalha sábado. Aí a minha esposa fala “Poxa, você podia diminuir isso aí, né?” Mas o meu medo é diminuir e o negócio também cair entendeu? [...] Mas nossa vida de barbeiro é isso aí, não vai mudar muita coisa não, entendeu? Aí tem que pensar porque aposentadoria tu sabe que não é... não vai ser muita coisa, entendeu? (P1)

Eu vou parar de trabalhar, mas não totalmente porque com um salário mínimo você não consegue se sustentar. (P4)

[...] A gente tem um horário certo para poder chegar, mas não tem um horário certo para poder sair. Então você trabalha muito aqui e ... você é o seu trabalho, se alguma coisa acontecer com você, já era ... um exemplo, se alguma coisa acontecer com a sua mão já era você. Então o trabalho depende de você... se alguma coisa acontecer comigo eu não consigo realizar o meu trabalho... você não tem tanta segurança igual em outra profissão. (P8)

Ao analisar as situações de trabalho, embora a precarização do trabalho se faça presente, pôde-se perceber o quanto os participantes da pesquisa foram capazes de produzir conhecimentos na prática

diária de trabalho. Alguns profissionais relatam parte destas experiências e reconhecem as adaptações que somente a experiência lhes permite fazer:

[...] por mais que você faça um curso, você é orientado, mas cada um tem o seu jeito peculiar talvez, seu jeitinho de trabalhar ... uma coisa é a teoria, e cada um tem o seu caminho mais fácil de executar o serviço. [...] Você vê a pessoa fazendo, não é aquela forma que vai ser a melhor para você. Às vezes você tem um caminho mais fácil, que dá um resultado melhor ou o mesmo resultado que seja [...] você vai no curso [...], mas às vezes, assim, quando você pode pegar o caminho para chegar no mesmo objetivo, é muito melhor. (P4)

Você vai criar malícia, tem uns segredinhos que você leva escondido com você ali pra resolver qualquer situação, entendeu? [...] Acho que o seguinte... você aprende de um jeito e faz do outro devido o seu dia a dia né? Então você acaba fazendo até errado, mas acaba dando certo, fica normal. Mas é uma coisa assim ... Você aprende certo, faz o errado pra ficar certo. (P7)

A pesquisa ratificou a importância da experiência de trabalho para a construção do conhecimento, algo que não diminui a importância das capacitações, mas demonstra que é na prática que o trabalhador desenvolve saberes e percebe a necessidade de adaptação das prescrições para que o trabalho seja eficaz (SCHWARTZ, 2017; ROTH, 2018), o que pôde ser visto também nos argumentos de P5:

Por exemplo, tem técnicas e técnicas, né? Daquela técnica, você faz uma coisa que... igual... tem cliente minha que não quer alisar o cabelo, ela quer fazer um alinhamento mais leve. O que é que eu aprendi? Que eu mesma, fazendo teste com meu cabelo, eu coloco creme, a selagem, deixa assim (no cabelo) meia hora e só escova, o cabelo dá brilho e fica alinhado. (P5)

Este domínio que os cabeleireiros têm sobre todo o processo de trabalho e o retorno imediato que recebem de seus clientes gera grande satisfação aos profissionais prestadores do serviço. Além disso, valores pessoais como fazer bem ao próximo, melhorar a

autoestima dos seus clientes, tornar as pessoas mais felizes, estabelecer amizade com os clientes, dentre outros valores, são aspectos fortes que contribuem para que os participantes se mantenham na profissão apesar das dramáticas experimentadas por eles no dia a dia de trabalho:

[...] você tá ajudando fisicamente a pessoa ficar melhor, a pessoa se sentir melhor, a pessoa se olha e se vê um pouco melhor. Às vezes a pessoa chega aí meio para baixo procurando algo diferente no seu cotidiano então você pega e ajuda ela a se sentir um pouco melhor no dia dela também, então acaba que ela... nos dois aspectos aí (a profissão) é mais prazerosa. (P8)

Os cabeleireiros conseguem valorizar seus saberes específicos, construídos em sua atividade de trabalho, e transformar as situações de trabalho por meio da apropriação das regras e normas prescritas que são retrabalhadas para tornar mais saudável o seu meio de trabalho (SCHWARTZ, 2000).

O diálogo criado entre pesquisador e pesquisados durante o tempo em que foi realizado o trabalho de campo conseguiu, de certa forma, alcançar o terceiro polo do DD3P (TRINQUET, 2010) quando a troca destes conhecimentos se tornou possível por meio das conversas informais durante a observação direta e as entrevistas individuais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender, à luz da ergologia, as dramáticas do uso do corpo si no exercício cotidiano das atividades profissionais de cabeleireiros e os saberes produzidos nestas atividades de trabalho. A produção dos dados permitiu que se discutisse com os participantes da pesquisa sobre a sua atividade de trabalho e os saberes produzidos na vivência da profissão.

A partir deste estudo foi possível compreender que os cabeleireiros possuem amplo domínio sobre o processo de produção do seu trabalho na prestação do serviço e isto é, inclusive, um dos motivos pelos quais os participantes se mantêm na profissão apesar das agruras que sofrem para exercerem o seu trabalho. Dentre as dramáticas vivenciadas por estes profissionais da beleza destacam-se

o excesso de carga horária diária de trabalho, o cansaço e as dores daí decorrentes; o medo e a insegurança em relação ao futuro na profissão, causados tanto pela precarização, quanto pelos resultados inesperados na prestação do serviço em si envolvendo o uso de produtos químicos. Ao estudar as dramáticas do uso do corpo si, chegou-se à conclusão de que um dos principais problemas para estes profissionais é a condição de precariedade na qual estão inseridos.

Os profissionais envolvidos na pesquisa são registrados como Micro Empreendedores Individuais (MEIs) e trabalham sem nenhuma proteção social ou trabalhista, o que faz com que alguns deles pensem em continuar atuando na profissão mesmo depois da aposentadoria por saberem que não terão renda suficiente para se manterem com dignidade.

Quanto aos saberes construídos na atividade de trabalho, os profissionais admitem a importância dos cursos de aperfeiçoamento, mas reconhecem que é na prática que desenvolvem seus saberes de fato, ou seja, o corpo si aprende e cada um passa a fazer o serviço do seu jeito. Este corpo si profissional incorpora a mudança dos protocolos de aplicação de produtos nos cabelos, o posicionamento na realização da maquiagem, uma maneira específica de manusear a tesoura ou a escova durante um processo de corte ou escovação, o fazer testes em si mesma para conseguir reduzir o volume de cabelo da cliente a partir de um misto de hidratação com relaxamento capilar. A pesquisa mostra o controle sobre o processo de produção do trabalho incorporado no corpo si tendo em vista que é o profissional quem interpreta o desejo e a necessidade do cliente, escolhe o tipo de produto a ser utilizado no serviço e a técnica de aplicação que quase sempre foge à prescrição, como o tempo de pausa do serviço ou o momento exato de paralisar o processo e como o cabelo será finalizado. Toda essa gestão do seu trabalho envolve riscos e negociação entre normas e valores.

Estudar as dramáticas do uso do corpo si no exercício da profissão dos cabeleireiros trouxe à luz a possibilidade de contribuir com a teoria ergológica a partir da existência da contra-atividade de trabalho quando o trabalhador, fazendo o uso de si por si, tenta evitar que a atividade aconteça. Esta talvez seja uma contribuição importante deste estudo para o campo da ergologia envolvendo

prestação de serviço, tendo em vista que a ergologia é uma *démarche* em desenvolvimento, e acredita-se que o uso de si por si somente acontece na atividade de trabalho. Contudo, faz-se necessário que sejam feitos outros estudos neste sentido tanto para uma melhor clareza sobre o assunto, quanto também sobre a possibilidade de existência da contra-atividade de trabalho em outras profissões e em outros meios de trabalho, verificando inclusive se de alguma forma isso acontece também no meio industrial tão estudado pela ergologia. Uma pista seria o direito de recusa já presente nas normas para trabalhos que envolvam riscos de acidentes reconhecidos para a atividade.

Contudo, apesar das limitações, é possível afirmar que este estudo ergológico proporcionou aos envolvidos na pesquisa maior apreensão sobre sua atividade de trabalho e entende-se que abriu caminho sobre uma nova possibilidade de investigação científica no campo da ergologia.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D.; SILVEIRA, D. País ganhou quase 1 milhão de MEIs desde o início da pandemia; veja relatos. **Globo.com**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/19/pais-ganhou-quase-1-milhao-de-meis-desde-o-inicio-da-pandemia-veja-relatos.ghtml>. Acesso em: 09 jan. 2021.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, v. 18, n. 33, p. 19-40, 2015.

ANVISA. **Resolução- RDC nº 36**. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5126700/4133525/ResoluuoRDCANVISA3609.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

ARANHA, A. V. S; DANIEL, I. B. S. A dialética dos saberes produzidos e mobilizados no trabalho: a atividade do trabalho como princípio educativo. **Educação & Formação**, v. 2, n. 5mai/ago, p. 33-55, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS. **Panorama do Setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos: Resultados 2017**. 2018. Disponível em: <https://abihpec.org.br/publicacao/panorama-do-setor-2018/>. Acesso em 27 mar. 2019.

AZEVÊDO, C. C. **Integração ensino-serviço em Unidades Básicas de Saúde do município de Maceió: preceptorias do PET-Saúde/Saúde da Família na perspectiva da Ergologia e da Política Nacional de Humanização em Saúde**, 2013. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BATISTTI, M. **Linguagem em situação de trabalho**: cenografia e ethos discursivo em campanhas de vestibular de IES no RS, 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS. 2014.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico, trad. **Maria Barrocas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1943], 2009.

DAMIÃO, D. R. R.; SANTOS, D. F. L.; OLIVEIRA, L. J. A ideologia do empreendedorismo no Brasil sob a perspectiva econômica e jurídica. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 13, n. 25, p. 191-207, 2013.

DANIELLOU, F.; LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 17, n. 68, p. 7-13, out./dez. 1989.

DRUCK, G. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. **Caderno CRH**, v. 9, n. 24, Salvador. BA. 1996.

DURRIVE, L. L'alternance: avec un point de vue anthropologique sur le travail. **Serviço Social e Saúde**, v. 15, n. 1, p. 101-124, 2016.

DURRIVE, L. Uma abordagem dinâmica da questão da competência, conhecimento pessoal e conhecimento acadêmico. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 13, n. 2, p. 217-233, 2019.

DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Yves. Glossário da ergologia. **Laboreal**, v. 4, n. 1, p. 23-28, 2008.

DURRIVE, L.; SCHWARTZ. Glossário da Ergologia. In: DI RUZZA, R; LACOMBLEZ, M; SANTOS, M. **Ergologia, trabalho, desenvolvimentos**. Belo horizonte: Fabrefactum, p. 11-29, 2018.

FIGARO, R. Atividade de comunicação e de trabalho. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 107-146, 2008.

FILENGA, D.; VIEIRA, A. M. Notas sobre o trabalho e seu contexto social. **Revista Uniubeu**, v. 5, n. 10, p. 1-16, 2012.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, v. 17, n. 41, 2004.

HOLZ, E. B.; BIANCO, M. F. Ergologia: uma abordagem possível para os estudos organizacionais do trabalho. **Cadernos EBAPE.Br**, v. 12, Ed. Especial, p. 494-512, 2014.

MEZADRE, S. B. B.; BIANCO, M. F. Polishing knowledge: a study of marble and granite processing. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 11, n. 3, p. 302-322, 2014.

MORAES, T. D; SCHWARTZ, Y. Perspectivas ergológicas para o uso de simuladores de direção. **Temas em Psicologia**, v. 25, n. 4, p. 1589-1604, 2017.

NASCIMENTO, M. V. B. **Formação de intérpretes de libras e língua portuguesa**: encontros de sujeitos, discursos e saberes. 2016. 318f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, F. Perspectivas psicossociais para o estudo do cotidiano de trabalho. **Psicologia USP**, v. 25, n. 1, p. 41-50, 2014.

PETRUS, A. M F. **Da atividade de trabalho nos trilhos ao debate político e epistemológico sobre penosidade**. 2017. 225 f. Tese (Doutorado em Educação e Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

PORTO, T. Â; BIANCO, M.F. Os usos do corpo-si no trabalho de transformação de granitos: evidências para saúde e segurança. **Laboreal**, v. 12, n. 1, p. 39-52, 2016.

REBECHI, C. N. A comunicação na gestão do trabalho do homem por si próprio e por outros. **Eptic online: revista electronica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura**, v. 17, n. 1, p. 92-109, 2015.

ROTH, X. Le travail dans une perspective ergologique. In Séminaire d'Analyse du Travail (SEMAT) **du Céreq**. [S.l], n. 7, jul. 2018, Marseille, França. p. 9-13, 2018.

SALES, M. P. S. **Trabalho docente na educação superior: uma análise a partir da Teoria das Representações Sociais e Ergologia**. 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Núcleo de Formação Docente e Prática Pedagógica – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

SCHERER, M. D. A.; PIRES, D. E. P.; JEAN, R. A construção da interdisciplinaridade no trabalho da Equipe de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3203-3212, 2013.

SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: Um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 65, Campinas, Dez, 1998.

_____. Trabalho e uso de si. **Pro-Posições**, v. 11, n. 2, p. 34-50, jul. 2000a.

_____. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 7, p. 38-46, jul/dez. 2000b.

_____. Uso de si e competência. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.), **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EdUFF, p. 205-221, 2007a.

_____. Un bref aperçu de l'histoire culturelle du concept d'activité. **Activités**, v. 4, n. 4-2, out. 2007b.

_____. Qual sujeito para qual experiência? **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 55-67, 2011a.

_____. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011b.

_____. CONCEPÇÕES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DUPLA ANTECIPAÇÃO/Conceptions de la formation professionnelle et double anticipation. **Trabalho & Educação-ISSN 1516-9537/e-ISSN 2238-037X**, v. 22, n. 3, p. 17-33, 2013.

_____. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, 2014.

_____. Concordância dos tempos? O trabalho, o mercado, a política. **Revista Eptic**, v. 17, n. 1, p. 76-91, 2015a.

_____. L'activité peut-elle être objet d' "analyse"? **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. especial p. 42-52, 2015b.

_____. Abordagem ergológica e necessidade de interfaces pluridisciplinares. **ReVEL**, edição especial, n. 11, 2016.

_____. Le travail des professionnels du soin: particulièrement expose aux «dramatiques» de l'activité qui traversent tout agir professionnel. **Serviço Social E Saúde**, v. 16, n. 1, p. 119-130, 2017a.

_____. Educação y actividad de trabajo: diálogos, obstáculos y desafíos-Conferencia. **La-boreal**, v. 13, n. 1, 2017b.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010.

SEBRAE. **Jornal de negócios**. Ano XVIII, n. 226, São Paulo, mar. 2013. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Not%C3%ADcia>. Acesso em: 11 abr.2019.

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 38, p. 93-113, 2010.

Recebido em: 24-2-2021

Aprovado em: 13-3-2022

Avaliado pelo sistema double blind review.

Disponível em <http://mjs.metodista.br/index.php/roc>